

editorial
editorial

entrevista
interview

artigos submetidos
submitted papers

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!17

issn 2175-974x | ano 2018 year

semestre 02 semester



participação ou autonomia?
produção do espaço
para emancipação política
participation or autonomy?
production of space for
political emancipation

viviane zerlotini
da silva

PT | EN

Viviane Zerlotini da Silva é arquiteta, Doutora em Arquitetura. Professora de Arquitetura e Urbanismo, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Estuda processos autônomos de produção de espaços por grupos sociais organizados.

Como citar esse texto: ZERTOLINI DA SILVA, V. Participação ou autonomia? Produção do espaço para emancipação política. V!RUS, São Carlos, n. 17, 2018. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=4&item=3&lang=pt>>. Acesso em: 16 Dez. 2018.

ARTIGO SUBMETIDO EM 28 DE AGOSTO DE 2018

Resumo

Este artigo contribui para a discussão proposta pela revista V!RUS sobre o tema "participar e colaborar", no âmbito da reflexão a respeito dos fundamentos teórico-críticos do conceito de participação na produção do espaço, e propõe o termo "autonomia", em substituição a participação. O texto busca identificar as bases conceituais da produção do espaço que possam potencializar a emancipação política de grupos sociais, excluídos do direito à cidade. Os processos dessa produção do espaço ditos participativos são reformistas, porque empregam os mesmos aparatos capitalistas sob o discurso politicamente correto da participação cidadã. De modo a superar o conservadorismo da participação, devem ser reconhecidos e valorizados os traços de autonomia na produção cotidiana do espaço. E restituir à sociedade o controle sobre os processos de produção do espaço pressupõe uma transformação na própria estrutura de produção de conhecimento, isto é, no modo convencional de atuação do arquiteto e urbanista.

Palavras-Chave: Produção do espaço, Autonomia, Participação

1 Introdução

Este artigo¹ visa nortear a discussão sobre a ideia de participação - seu significado, abrangência e limite -, no âmbito do processo de produção do espaço, este último compreendido a partir da "teoria política do espaço" do filósofo francês Henri Lefebvre. O autor parte do princípio de que o fenômeno da produção do espaço apresenta qualidades opostas e indissociáveis: dissolução de relações sociais de produção e nascimento de novas relações (LEFEBVRE, 1991 [1974]). Tal dialética esboça um horizonte de participação efetiva dos moradores na produção do espaço das cidades. Serão vistos os motivos pelos quais se prefere qualificar esse processo de autônomo, em detrimento de participativo.

Lefebvre antevê o espaço homogêneo e ao mesmo tempo fragmentado das cidades contemporâneas, ao afirmar que o capitalismo e o neocapitalismo produziram o espaço abstrato, em referência a sua propriedade

de absorver o valor de uso como meio de troca. O espaço abstrato, ou seja, o espaço de poder manipulado por todo tipo de autoridade, reduz as diferenças e paralelamente fragmenta o espaço para controlá-lo e negociá-lo. "Pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em pedaços!" (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 7). Mas ao tender para a homogeneidade, reduzindo as diferenças, o espaço abstrato dialeticamente as acentua, produzindo novas relações sociais, engendrando um novo espaço, denominado por Lefebvre (1991 [1974]) de espaço diferencial. "Ele reunirá o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social." (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 50).

No segundo caso, Lefebvre afirma que somente a luta de classes é capaz de produzir diferenças, impedindo que o espaço abstrato se amplie por todo o planeta (LEFEBVRE, 1991 [1974]). O espaço diferencial contém um "[...] potencial de mudança social, a luta que procura manter ou resgatar o valor de uso do espaço da tendência em transformá-lo unicamente em valor de troca" (COSTA, 2003, p. 6). Ou seja, novas relações sociais demandam um espaço novo.

Nesse sentido, é necessário superar "a miséria do *habitat*, miséria do habitante submetido a uma cotidianidade organizada (na e pela sociedade burocrática do consumo dirigido)" (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 138). Como um bom marxista, o autor acredita na possibilidade da classe operária em modificar profundamente a vida social. Cabe à classe dos trabalhadores juntar, em seu cotidiano, o que a sociedade capitalista dividiu:

[...] a classe operária apresenta a totalidade, a plenitude das dimensões humanas. Ela se torna portadora de uma reivindicação total, que engloba e até mesmo traz em primeiro plano as questões relativas ao trabalho: salários e retribuição, organização e proteção do trabalho. Contudo, ela ultrapassa, cada vez mais, o econômico propriamente dito; ela abrange a organização de toda a vida cotidiana, a vida familiar, a habitação, o *habitat*, a vida da cidade e da sociedade, o ensino, a cultura e a vida moral, os lazeres etc. [...] (LEFEBVRE, 1963 *apud* AJZENBERG, 2005, p. 12).

Embora Lefebvre se reporte à classe operária no contexto sociopolítico europeu da década de 60, sua discussão é atual. Nos anos 1980, a reestruturação do modelo de produção fordista para toyotista implicou no desenvolvimento da cidade pós-fordista. Tal reestruturação requalificou as lutas urbanas de modo que, em uma cidade fragmentada sob a égide da globalização, passaram a ser ecléticas, não específicas do movimento do trabalho assalariado. Em especial, no Brasil e na América Latina, ressurgem novos formatos de lutas, a exemplo de movimentos étnicos ou indígenas, movimentos feministas e raciais, movimentos de luta pela moradia e outros.

As bases dessa revolução urbana? A revolução econômica, política e cultural: "Isso exige, ao lado da revolução econômica (planificação orientada para as necessidades sociais) e da revolução política (controle democrático do aparelho estatal, autogestão descentralizada), uma revolução cultural permanente" (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 140). Na visão de Lefebvre, a estratégia política de autogestão urbana promove o direito à cidade: "O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade" (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 135; grifos do autor). Ou seja, o direito à obra requer a autonomia dos trabalhadores na produção do espaço das cidades e o direito à apropriação requer a posse do espaço pelos usuários em detrimento da noção de propriedade do espaço, em termos jurídicos: "Esse direito [tem] conteúdo diferente do direito de propriedade que vale por sua forma lógica e jurídica, princípio do código das relações normais no modo de produção capitalista" (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 28).

Em função de experiências de mobilização social organizadas pela população brasileira, frente ao Estado Neoliberal, em seu cotidiano para a produção do espaço, e também a partir da simples constatação do acirramento das desigualdades sociais, um tema de estudos e ações se constitui na busca por outras bases conceituais para o desenvolvimento de novas práticas de produção do espaço, não comprometidas com a acumulação ampliada do capital.

As formulações pelos teóricos e práticos de alternativas para a questão urbana se articulam em duas vertentes, discordantes entre si no fundamento das propostas de emancipação política dos grupos sociais organizados. A polêmica que se estabelece diz respeito aos limites conceituais dos processos ditos participacionistas, próprios da primeira vertente, em que prevalece a produção heterônoma do espaço, apesar do discurso democrático. A segunda vertente fundamenta-se no conceito da autonomia e, evidentemente, compromete-se em elaborar processos de produção do espaço que promovam a emancipação humana.

O debate que se trava no campo da arquitetura e do planejamento urbano é o seguinte: qual é a categoria essencial por detrás das alternativas de produção do espaço que pode promover a emancipação social e política: participação ou autonomia? Como identificar a linha tênue que divide processos igualmente baseados no sujeito como produtor do espaço, mas que no primeiro caso mantém e justifica o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho e, no segundo caso, emancipa o sujeito de suas relações sociais opressoras? O debate de fundo que se estabelece entre os dois paradigmas diz respeito à superação da alienação no âmbito de processos de produção do espaço. O texto a seguir analisa as propostas conceituais em torno do tema, baseadas nos paradigmas da participação e da autonomia, respectivamente.

2 Propostas fundamentadas na participação

A vertente da participação teve início na década de 60, em um contexto de forte questionamento dos ideais racionalistas e universalizantes do Movimento Moderno e do *International Style*. A crítica dessa vertente residia em questões urbanas advindas dos princípios do projeto modernista: "O embrião dessa ideia já está nas críticas da produção em massa (que questionam os conjuntos habitacionais enormes), do processo de projeto tradicional (que reproduz a separação entre projeto, construção e uso) e dos procedimentos construtivos (que reforçam a divisão social e hierárquica do trabalho) pelo menos a partir da década de 1960" (LOPES; KAPP; BALTAZAR, 2010). A perspectiva central baseia-se na aproximação entre o arquiteto e o usuário do espaço construído. Muitos arquitetos desenvolveram diferentes abordagens de envolvimento dos usuários no processo de produção do espaço, cujos métodos incluíam oficinas, consultas, escritórios de bairro, autoconstrução, leiautes flexíveis de modo a adaptar o espaço às necessidades dos usuários etc. Os pioneiros da vertente da participação² foram os arquitetos Lucien Kroll, Ralph Erskine, Christopher Alexander, Walter Segal, Nicolas John Habraken, Yona Friedman, Eilfried Huth, o grupo Archigram, Cedric Price, Rodolfo Livingston, dentre outros.

As experiências de participação contemplavam aberturas tanto no processo de projeto, quanto em outras etapas do processo de produção do espaço. Foram identificados seis grupos de arquitetos, que atuam de forma independente entre eles e cujos trabalhos são reunidos em função dos conceitos que fundamentam a ideia de participação. O primeiro grupo de arquitetos concebe a participação do usuário na produção do espaço mediante a possibilidade combinatória de diferentes elementos construtivos (ALEXANDER, 1969, 1977; HABRACKEN, 1979; KROLL, 1987). O segundo grupo explora a participação do usuário à medida que ele usa o espaço (FRIEDMAN, 1987; COOK; GREENE; WEBB *apud* SADLER, 2005). O terceiro grupo considera a participação por meio da autoconstrução (SEGAL *apud* SPATIAL, 2012). O quarto grupo se dedica a desenvolver metodologias projetuais para a participação comunitária (ERSKINE *apud* SPATIAL, 2012; DAVIDOFF, 1965; LIVINGSTON, 1990, 2006). Já o quinto grupo propõe a participação comunitária em situações de escassez e como forma de gestão espacial (HAMBI, 1991; TILL; SCHNEIDER, 2007, 2009; FREDIANI; FRENCH; FERRARA, 2011; TILL; AWAN; SCHNEIDER, 2011). O sexto grupo de arquitetos trabalha a questão da participação na produção de espaços de trabalho (SANOFF, 2006).

De modo geral, essas vertentes apoiam-se nos conceitos de "flexibilidade" e "empoderamento", como ideias fortes para fundamentar os argumentos em favor da participação. Tais termos mantêm uma intensa relação com os pressupostos da gestão flexível do trabalho, nos quais os usuários compartilham as decisões sobre a produção do espaço, tal como os trabalhadores são corresponsáveis pela produção nos espaços de trabalho. De forma genérica, a "flexibilidade" é concebida nessas propostas como uma simples escolha do usuário entre as opções desenvolvidas pelos técnicos, o que impede a produção de espaço novo ou até mesmo de um novo processo de produção do espaço. Por sua vez, o termo "empoderamento" nos processos participativos reduz o controle do usuário à gestão de recursos escassos. Nas duas situações, o arquiteto permanece desempenhando a função de mediador entre o usuário e o espaço construído.

O professor e acadêmico americano Henry Sanoff ocupa-se em investigar métodos participativos em arquitetura e planejamento, cuja ênfase está na participação comunitária no planejamento do espaço da cidade e na participação dos trabalhadores no espaço corporativo. Suas ideias fundamentam-se nos princípios de democracia deliberativa, planejamento estratégico e governança local (Sanoff, 2006). O próprio Sanoff (2006) reconhece que tais conceitos são emprestados do setor privado e de suas técnicas de gerência flexível que, a exemplo do trabalhador, conferem ao cidadão o papel de gerenciador do espaço construído. Porém, a participação está submetida aos princípios da ideologia neoliberal da meritocracia e da eficiência produtiva. Assim, a democracia participativa é concebida como um processo de decisão coletiva altamente descentralizada, ao longo de todos os setores da sociedade. Os teóricos da participação sugerem que a **democracia deliberativa** deve substituir a democracia representativa e suas deficiências, de modo a possibilitar que "os cidadãos colaborem de forma criativa, em que o voto é substituído pela tomada de decisão por consenso" (SANOFF, 2006).

Para tanto, o cidadão deve estar organizado em grupos de pessoas selecionadas que refletem a diversidade do restante da população e que se relacionam face a face; o grupo deve expressar um sentimento forte de

comunidade, de modo a proteger e a melhorar os lugares da vizinhança significativos para ela; cada membro do grupo deve apresentar capital social, ou seja, rede de relacionamento na comunidade que possa efetivar a organização comunitária, as relações sociais e a confiança mútua; o grupo deve mobilizar sua "inteligência coletiva" a fim de responder apropriadamente aos problemas comunitários, mediante a reflexão e ao julgamento baseados na "boa vontade de entender os valores e interesses de outros na busca por soluções aceitáveis por todos" (SANOFF, 2006, p. 134). Esse "consenso" é obtido por intermédio da definição conjunta de objetivos (SANOFF, 2006).

Todo o processo de participação é visto como de resolução de problemas. Primeiro, o grupo deve recortar uma questão, um problema a ser solucionado. Depois, deve definir os objetivos do processo. Tendo em mente esses objetivos, o grupo, de modo consensual, elabora a solução para o problema. Ou seja, a partir do momento em que todos pensam e agem para alcançar uma meta, os conflitos são colocados em segundo plano, perdendo-se a capacidade de refletir as razões que geram os conflitos. O acordo por resultados nada difere da gerência toyotista dentro da fábrica, que exige dos trabalhadores maior participação nos processos de produção a partir do desenvolvimento de múltiplas habilidades, a polivalência, e de capacidade criativa para resolução dos problemas. Sanoff (2006), diante do "lado negro" do consenso ou do processo orientado e manipulado para obtenção de acordo, vale-se da expressão adjetivada "real consenso" para explicar que ele pode ser alcançado por meio do "real diálogo". Parte-se do princípio de que é possível obter consenso de fins e de meios mediante a argumentação. Nesse caso, o papel dos técnicos é quebrar dissensos habituais e criar condições para a comunicação (KAPP; BALTAZAR, 2012).

O conceito de **planejamento estratégico** advém da necessidade de se manter o diálogo entre cidadãos e poder público, sendo que tal diálogo deve ganhar a forma de um plano estratégico comunitário, que promoverá a mobilização de recursos em direção aos objetivos (SANOFF, 2006). A elaboração de um plano estratégico deriva de premissas fundamentais, como a tomada de responsabilidade por parte dos cidadãos organizados em grupos, que devem definir objetivos e prioridades, identificar questões e grupos constituintes, desenvolver uma organização, agir e avaliar resultados (CHECKOWAY *apud* SANOFF, 2006); a flexibilização do processo de tomada de decisão, de modo a manter intactos os resultados esperados; a administração por parte do grupo da lacuna entre as necessidades da população e os recursos escassos do poder público; a ampla divulgação das propostas mediante reuniões públicas, de modo a garantir o maior número possível de votos de aprovação; e a participação em nível local, como o local de trabalho e a comunidade, uma vez que é nesse nível que as pessoas aprendem sobre **autogovernança** (SANOFF, 2006). A estratégia se revela nos processos participativos como meio do Estado compartilhar suas responsabilidades, inaugurando uma nova forma de administração, denominada de "governança deliberativa" (CARSON *apud* SANOFF, 2006). Acredita-se que, por intermédio da governança, há um aumento da frequência de ação política (SANOFF, 2006).

É o caso das transformações empreendidas pelo neoliberalismo, que substituíram o governo pela governança (HARVEY, 2013 [2008]), ou nos dizeres do professor e geógrafo Erik Swyngedouw, o neoliberalismo implantou uma nova "ordem policial urbana pós-política" (SWYNGEDOUW, 2012 [2007]). A expressão refere-se ao novo modelo de governança urbana, inaugurado pela reestruturação produtiva e espacial nas cidades pós-fordistas, onde o debate, desacordo e dissenso são dissipados pela implantação de uma série de "tecnologias de cidadania" (CRUIKSHANK *apud* SWYNGEDOUW, 2012 [2007]) que buscam o "consenso, acordo e gestão tecnocrática" (SWYNGEDOUW, 2012 [2007], p. 52). Apesar de a análise de Erik Swyngedouw se aplicar ao contexto de grandes reestruturações espaciais sofridas pelas metrópoles europeias nos anos 1980 sob o pretexto de torná-las mais competitivas e atraentes para os investidores do capital global, as novas tecnologias de participação cidadã nas políticas urbanas estão presentes em todas as cidades submetidas a uma política socioeconômica neoliberal. O termo "pós-político" deriva da retirada da dimensão política do governo, cujo novo papel é reduzido ao de policiamento. Tarefa essa exercida a partir de novas tecnologias de poder e de uma diferente estrutura de governança, aparentemente horizontal, entre agentes do estado, sociedade civil, ONGs e mercado privado. Ao pulverizar o poder sob a égide do consenso, a rede de instituições de governança, dentre elas as organizações da sociedade civil, ironicamente não conseguem perceber que os socialmente excluídos, em princípio representados por essas instituições, não são contemplados pelas vantagens da urbanidade competitiva, criativa, inovadora e global da cidade pós-fordista (SWYNGEDOUW, 2012 [2007]).

Vale a pena apontar a congruência da abordagem dessa vertente com o novo modelo de organização do trabalho dentro das fábricas, a gerência toyotista. De fato, o que se percebe nos programas participativos é que os argumentos de flexibilidade e empoderamento legitimam os processos de perpetuação da pobreza.

Os usuários muitas vezes são apenas informantes ou palpitesiros num processo dito participativo, cujo grau de participação depende da boa vontade do mediador. Ainda assim, as experiências de planejamento participativo vêm sendo celebradas como solução, contrapostas à rápida deterioração das comunidades planejadas sem participação (LOPES; KAPP; BALTAZAR, 2010, p. 15).

Enquanto os processos participacionistas desenvolvidos pelos arquitetos são concebidos como “participação parcial” em função de os usuários atuarem de modo parcelado nos processos decisórios, as propostas das políticas públicas são consideradas “pseudo-participação”, considerando que o papel dos usuários é de simples validação das decisões já definidas a priori (PATEMAN *apud* LOPES; KAPP; BALTAZAR, 2010). Ao contrário de uma primeira representação, as propostas centradas no paradigma da participação não são revolucionárias, pois o modo de produção do espaço permanece heterônomo. A despeito das aberturas propiciadas pela participação dos usuários no processo de produção, as normas são definidas a priori pelos técnicos especialistas, que em primeiro momento continuam concebendo soluções para as práticas arquitetônicas desses usuários. A questão reside na natureza do conceito de participação, como já mencionado anteriormente: “participação, independentemente do adjetivo que a qualifique (plena, verdadeira, genuína etc.), sempre sugere uma outra instância, não composta pelos próprios “participantes”, que determina e coordena o processo” (KAPP, 2011).

No Brasil, o paradigma da participação está presente em iniciativas desenvolvidas a partir da década de 80, notadamente no âmbito de políticas públicas, cujo discurso refere-se à implantação de um novo padrão de participação popular em substituição ao padrão clientelista e excludente das políticas sociais até então vigentes (ROLNIK, 2013). A proposta progressista de reforma urbana pretende superar os instrumentos de política urbana direcionados à “formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo” (ROLNIK, 2013). No entanto, os espaços criados de participação popular como conselho, conferência e orçamento participativo não foram suficientes para romper com os processos tradicionais de tomada de decisão sobre política urbana, os quais mantêm relações políticas baseadas no clientelismo e no neocorporativismo, no âmbito local; e no jogo político-eleitoral, no âmbito nacional (ROLNIK, 2013). E sobretudo, nos anos 1990, quando a agenda de reforma neoliberal se consolidou com a nova governança dos municípios brasileiros, os instrumentos de participação cidadã foram dispostos lado a lado com a ideia de Estado mínimo, esvaziando qualquer proposta de cidadania mais ampla (ROLNIK, 2013). A participação popular nas políticas públicas “resume-se, na maioria das vezes, a consultar e informar a comunidade, tornando-se meramente um mecanismo burocrático imposto por lei, cumprindo o papel de quebrar possíveis resistências da comunidade” (LOPES; KAPP; BALTAZAR, 2010, p. 15). Ou seja, nos termos elaborados por Swyngedouw ([2007] 2012), a “participação cidadã” obscurece a “ordem policial urbana pós-política”. Apesar do discurso democrático, o paradigma da participação não promove a autodeterminação da produção do espaço pela população, uma vez que as políticas públicas são elaboradas por instâncias externas às organizações populares.

3 Propostas fundamentadas na autonomia

Radicalmente distintos da visão anterior, há autores que se apóiam no conceito de autonomia como meio de emancipação social. Enquanto as propostas centradas no paradigma da participação criticam o distanciamento entre o arquiteto e o usuário do espaço, as iniciativas no âmbito da autonomia criticam qualquer forma de omissão e justificação da perpetuação de relações opressoras na produção do espaço, dentre elas as relações entre capital e trabalho, entre gêneros, raça etc.

O paradigma da autonomia origina-se sobretudo dos trabalhos desenvolvidos no campo da Teoria Crítica, inaugurada nos anos 1930, a partir da desilusão em relação à ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas modificaria as relações de produção. Em um contexto histórico de surgimento do fascismo e do nazismo, da constatação do regime ditatorial na União Soviética comunista, ou seja, diante da barbárie, os pensadores da Escola de Frankfurt foram os primeiros a indicar os limites do marxismo ortodoxo ou a impossibilidade de desenvolvimento pleno da sociedade no contexto do capitalismo industrial do século XX (ADORNO; HORKHEIMER, 1985 [1947]). A teoria marxista previa que em determinado ponto de desenvolvimento, forças produtivas e relações de produção entrariam em contradição, conduzindo a uma revolução social. Assim como o desenvolvimento científico não conduziu a emancipação do homem, por se encontrar vinculado ao controle e à coesão social, o trabalho também não conduziu à formação autônoma e emancipada do homem. Pelo contrário, embora o trabalho fosse formador, prevaleceu na sociedade a “universalização da forma social do trabalho alienado” (MAAR *apud* ADORNO, 2010 [1971], p. 17).

Do ponto de vista da Teoria Crítica, são as relações sociais que determinam as forças produtivas, e não o contrário. Marcuse (1973 [1964]) elucida por que o desenvolvimento científico não conduziu à emancipação: “[a] tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social” (MARCUSE, 1973 [1964], p. 18), em vez de cumprir sua promessa de libertar os homens do trabalho ou, pelo menos, de libertá-los do trabalho pesado, enfadonho, não livre. A perda do papel de transformação histórica da classe dos trabalhadores se deve ao seu “aburguesamento” pela ideologia da Indústria Cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 1985 [1947]). Essa regressão é atribuída ao elemento destrutivo do progresso, qual seja a uniformização da sociedade administrada tenha conduzido à autodestruição do esclarecimento. Para Adorno e Horkheimer (1985 [1947]), a indústria cultural reduz o esclarecimento à ideologia, no sentido de manipular as massas, de transformar o homem em simples consumidor, porque o que se quer é prestígio e não conhecimento. O princípio norteador reside na premissa de que a liberdade na sociedade somente é

possível a partir do pensamento esclarecedor. Por sua vez, Adorno (1995 [1959-69]) ressalta que a sobrevivência da humanidade depende de tentativas de superação da barbárie, por meio da produção de uma consciência verdadeira, autônoma e emancipada.

A contribuição da Escola de Frankfurt, em relação ao marxismo, é assinalar que a conquista de outro padrão de sociabilidade vai além da simples propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores. Tragtenberg (1987), sociólogo e professor brasileiro, a partir de seus estudos sobre as coletividades espanholas, produto de um movimento das classes trabalhadoras no período 1936/1939 durante a Guerra Civil, compartilha a mesma assertiva da Escola de Frankfurt, ou seja, a de que o debate sobre a autonomia insere-se no âmbito das relações sociais de produção:

Socialismo não significa somente propriedade comum e controle dos meios de produção e distribuição, significa, também, igualdade, liberdade afetiva, reconhecimento recíproco e uma radical transformação das relações entre os homens. É a autêntica "autoconsciência" do homem (TRAGTENBERG, 1987, p. 22).

A conquista da autoconsciência do homem não decorre do pensamento lógico formal, mas da capacidade de pensar em relação à realidade (ADORNO, 1995 [1959-69]). Autores que se propõem a compreender a realidade da produção arquitetônica identificam a estreita relação da prática arquitetônica com processos de produção capitalista. O arquiteto e professor inglês Jonathan Charley (TELLING, 2009) ressalta que a reivindicação de emancipação do campo da arquitetura em relação à política e à economia trata-se de um mecanismo ideológico para encobrir o compromisso da prática arquitetônica com as práticas sociais que geram mais valia. Tais práticas são, por exemplo, a privatização do espaço público, o recorde de financiamento da indústria da construção civil, os edifícios "assinados" encomendados por ditadores ou oligarcas, a demissão de trabalhadores da construção civil, entre outras: "[...], a prática arquitetônica contemporânea não é um encantador exercício de exploração da imaginação espacial. [...] É o processo de trabalho capitalista impulsionado pela ideologia e pelos imperativos que lhe são colocados pelo processo de acumulação de capital" (CHARLEY em TELLING, 2009, s.p.).

Diante da constatação de que a arquitetura é um ramo de operação do processo de produção capitalista, a questão da ética da prática arquitetônica ganha visibilidade, levando à proposta de definição dos princípios fundamentais de uma arquitetura insurgente. Jonathan Charley propõe uma prática arquitetônica alternativa, a qual ele entende como uma prática de resistência anticapitalista. Na concepção do autor, o termo alternativo refere-se a um modo de produzir coisas, incluindo a produção de edifícios, que não seja determinada por imperativos capitalistas e pela moralidade burguesa. O significado politicamente engajado compreende a prática de resistência no âmbito ecológico e social, no sentido de resistir aos aspectos destrutivos do desenvolvimento urbano capitalista, e no âmbito profissional, no sentido de o técnico se engajar em modos pós-capitalistas de produção arquitetônica. Charley (2008) alega que grande parte dos arquitetos trabalha para reforçar a imagem de poder e riqueza dos seus clientes, mas não reflete sobre as relações de opressão na sociedade, bem como no canteiro de obras, elementos gerados pelo processo de acumulação de capital. Os técnicos, como todo o senso comum, pensam e agem segundo a ideologia naturalizada de que os males do mundo serão remediados pela teoria econômica neoliberal. Assim, o mito do mercado livre promove a mercantilização de todos os aspectos do ambiente construído.

Por outro lado, o fracasso do socialismo real no antigo bloco soviético condenou ao esquecimento as tentativas históricas de forjar uma alternativa para o capitalismo. Uma dessas tentativas ocorreu durante os primeiros anos da Revolução de Outubro na União Soviética, quando membros da vanguarda artística russa desenvolveram, nos anos 1920, uma prática de política engajada com as necessidades revolucionárias de construção de um novo estado socialista (COOK, 2004 [1999]). O designer e artista teórico Alexei Gan, junto com Lyubov Popova (1889-1924), Aleksandr Rodchenko (1891-1956), Várvara Stepanova (1894-1958), Vladimir Tatlin (1885-1953), Karl Ioganson, os irmãos Sternberg (Georgy, 1900-1933; e Vladimir, 1899-1982), Konstantin Medunetzki, entre outros, inaugurou o primeiro grupo do movimento estético denominado "Construtivista". O projeto cultural da vanguarda tinha como princípio o engajamento das diversas artes, como pintura, escultura, arquitetura, teatro, desenho industrial e cinema na reconstrução do todo organismo social (GAN *apud* BANN, 1974).

Além de o grupo propor a adoção de uma linguagem comum entre as diversas artes, rejeitava a noção de arte como mera expressão isolada, individual e romântica. Alexei Gan, Alexander Rodchenko e sua mulher, a pintora e artista gráfica Varvara Stepanova, redigiram o programa do grupo Produtivista e, dois anos depois, o manifesto Produtivista, em que apontaram a arte especulativa e a própria religião como atividades escapistas e perigosas (GAN; RODCHENKO; STEPANOVA, 2009 [1922]). Inspirados nas ideias de Marx, em especial na primeira parte da *A ideologia alemã* (1845), os produtivistas formulam um novo postulado para o trabalho dos artistas a partir da expressão comunista "construções materiais" (COOK, 2004 [1999]).

A tarefa exigida por aquele novo posicionamento implicava, entre outras coisas, a participação real da produção intelectual como elemento importante na construção da nova cultura comunista. Isto significou, principalmente, um contato direto com todos os centros produtivos e órgãos principais do mecanismo soviético unificado, que tornou possível, na prática, novas formas de vivência e experiência. A ordem, então, era sair para as ruas, para as fábricas, únicos locais onde os artistas poderiam reformular os conceitos materialistas e realizá-los na vida prática, sintetizando as idéias de Marx referentes aos cientistas, ou seja, os artistas, nas mais variadas formas, têm interpretado o mundo, mas sua tarefa é transformá-lo (VIEIRA, 2004, p. 19).

Para os produtivistas, a substituição da cidade capitalista por uma cidade comunista exigiria a adoção de novos princípios por parte dos arquitetos, que devem planejar a cidade fora de seus escritórios, nas ruas, de modo a atrair todos os cidadãos da república proletária em um grande trabalho coletivo (GAN *apud* COOK, 2004 [1999]). As ideias e práticas anarquistas de Gan e de seus companheiros previam a produção descentralizada e a completa ausência de estruturas internas de poder. As ideias eram divulgadas na revista *Anarkhiia*, cujo editor era Gan. Destacam-se na publicação artigos como o de Malevich, de abril de 1918, intitulado "Arquitetura como um tapa na cara do concreto armado", em que denunciava as práticas convencionais de arquitetos individualistas. Suas práticas anarquistas podem ser exemplificadas pela expropriação de 25 mansões em Moscou, que se tornaram sedes do movimento, denominadas "Casas da Anarquia". Os princípios anarquistas chocavam-se com as políticas burocráticas e centralizadoras do governo de Lênin, que havia transferido a administração para o centro histórico de Moscou em março de 1918. Nos próximos anos, a política cultural bolchevique ameaçava e enfraquecia cada vez mais os movimentos anarquistas (COOK, 2004 [1999]).

Mais recentemente, a partir de uma perspectiva centrada na política de produção do espaço, Swyngedouw (2012 [2007]) propõe um programa sociopolítico radical. A ética de um "gesto político correto" reside na discordância, no rompimento com a ordem policial (simbólica, social e estatal), ou, em outros termos, a política desorganiza a ordem policial quando há uma recusa em observar a "ordem estabelecida de governança com todos em seus lugares 'corretos' na aparente ordem natural das coisas" (DIKEÇ *apud* SWYNGEDOUW, 2012 [2007], p. 57). Presume-se que o papel da polícia é o de organizar a distribuição de pessoas no espaço e de normalizar essa distribuição de lugares. A política e a polícia convergem nos conceitos de espacialidade e temporalidade:

No fim, tudo na política trata da distribuição de espaços. O que são esses lugares? Como eles funcionam? Por que estão ali? Quem pode ocupá-los? Para mim a ação política sempre atua sobre o social como a distribuição litigiosa de lugares e papéis. É sempre uma questão de saber quem está qualificado para dizer o que é um determinado espaço e o que é feito com ele (RANCIÈRE *apud* SWYNGEDOUW, 2012 [2007], p. 58).

Em última instância, a política adequada consiste em reconfigurar o espaço da polícia, de forma dialética, originando espaços intermediários. "A política adequada age no espaço da polícia, a partir do espaço da polícia e através [d]esse espaço. Ela, contudo, não atua dentro do espaço da polícia, mas *entre os espaços* que não são determinados pela polícia, que não possuem lugar no espaço da polícia." (SWYNGEDOUW, 2012 [2007], p. 58, grifo do autor). A democracia surge quando o padrão de "urbanidade tecno-administrativa consensual" é substituída pelo padrão da aceitação do conflito urbano no espaço social, quando "intervalos de subjetivação" são construídos entre identidades, entre espaços e lugares (RANCIÈRE *apud* SWYNGEDOUW, 2012 [2007]). Esses espaços urbanos livres "são os tipos de espaços em que formas alternativas de vida, trabalho e expressão são experimentadas, em que novas formas de ação política e social são encenadas, em que economias afetivas são retrabalhadas, e o viver criativo não é medido pela subida dos índices do mercado de ações ou dos fundos de pensão" (SWYNGEDOUW, 2012 [2007], p. 60).

As autênticas práticas políticas democráticas, desempenhadas nas margens da cidade contemporânea, requerem o reconhecimento e a valorização dessas práticas, a produção de espaço próprio, a confecção de mapeamentos e cartografias alternativas do possível, a imaginação e a criatividade arquitetônica e urbana, a ressignificação da cidadania e o desenvolvimento de programas urbanos visionários (SWYNGEDOUW, 2012 [2007]). A questão fundamental nas abordagens que contemplam o conceito de autonomia, mesmo que de forma implícita, é que não se trata apenas de aberturas no processo convencional de produção do espaço, e sim, de formular outro processo.

O processo convencional de produção do espaço caracteriza-se pela sequência linear de tarefas, fundamentadas no raciocínio lógico e racional do pensamento cartesiano. "O procedimento usual começa com uma espécie de consulta ao cliente (nem sempre o usuário do espaço) para o estabelecimento de um

programa de necessidades, depois, seguem-se o desenho do plano, a construção desse plano e, por fim, o uso” (BALTAZAR; KAPP, 2006, p. 95). A prática capitalista da arquitetura fica evidente por meio da divisão vertical do trabalho (concepção, execução e uso) e do emprego da ferramenta de desenho técnico. Ou seja, a prática da arquitetura propicia o controle social por intermédio de aparatos gerenciais e técnicos, em acordo com o modo de produção capitalista. Diferentemente do paradigma da participação, o modelo da autonomia não se centra apenas na distância entre concepção e uso, mas também na separação entre concepção e execução.

Sérgio Ferro (1982) destaca o papel do desenho no processo de abolição das corporações de ofício. Uma vez separadas, o desenho técnico realiza a mediação entre as atividades de conceber e executar e surge como ferramenta de controle operário. Ferro (1982) demonstra como esse recurso é empregado para a exteriorização do conhecimento prático e para a monopolização da informação:

Da regulamentação da produção à sua organização, da mensuração externa à sistematização das operações – é nesta passagem que o desenho faz-se adotar como instrumento capital, momento em que se torna urgente definir as parcelas da produção com maior rigor. Questão de organização, portanto, que o generaliza como documento do trabalho. O objetivo de seu uso não é nem a qualidade do produto (as normas da corporação eram muito mais rígidas e detalhadas), nem sua constância (a ausência do desenho fazia, se fosse o caso, da cópia direta um método mais fiel). O que constrange a história do desenho é a divisão desigual do trabalho que avança – e seu outro pólo, o acordo a ser imposto aos componentes produzidos pelos trabalhos divididos (FERRO, 1982, p. 63).

O aparato técnico do desenho, ou o projeto arquitetônico ou urbanístico, não somente reproduz a divisão social do trabalho, como também impede a autodeterminação da produção do espaço pelos usuários. Essas relações de dominação revelam o caráter de mercadoria da prática arquitetônica, submetida às relações de produção capitalistas.

Um plano implica, pela sua própria natureza, o cerceamento da liberdade de decisão e ação de todas as pessoas que sofrem as suas consequências, sem terem tido o direito de voz e voto na sua elaboração. No âmbito dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, isso significa o cerceamento da liberdade, tanto daqueles que executam um projeto materialmente (os trabalhadores envolvidos na construção) quanto dos que farão uso de seus resultados (os habitantes, num sentido amplo do termo). Essas relações de dominação, inerentes ao projeto, raramente são percebidas com clareza, pois ele se tornou uma espécie de fetiche (feitiço), na acepção em que Karl Marx usa o termo: faz aparecer como ligações entre coisas o que, na verdade, são associações entre pessoas ou relações sociais. Por outro lado, como fetiche nada mais significa do que coisa feita, isto é, coisa do artifício humano, nem divina nem natural, também esse fetiche do plano pode ser questionado, criticado e desfeito (BALTAZAR; KAPP, 2006, p. 94, grifo do autor).

Tendo como horizonte a produção autônoma do espaço, o usuário como produtor do espaço desempenha um papel bem mais ativo do que na participação popular. “Enquanto essa última sugere moradores convidados num processo cuja estrutura foi definida pelos profissionais ou pelo Estado, autonomia implica processos orquestrados pelos moradores, nos quais os profissionais e o Estado seriam os (eventuais) convidados (KAPP et al., 2012, p. 9).” O usuário como produtor do espaço difere das propostas cujo paradigma centra-se na participação, pois não se trata de o usuário escolher entre um leque de opções previamente determinadas pelos técnicos, mas de o usuário determinar o processo de produção do espaço. Dessa forma, é necessário rever o produto e o processo da prática arquitetônica, “de modo que não mais se busquem procedimentos ou arquiteturas ideais, e sim possibilidade de cada indivíduo ou grupo decidir sobre o procedimento mais adequado a cada situação” (BALTAZAR; KAPP, 2006, p. 101).

4 Conclusão

Os técnicos engajados nas questões sociais desenvolvem duas vertentes, discordantes entre si, a partir da ideia de instrumentalização do usuário/produtor de espaços. A primeira vertente fundamenta-se no paradigma da participação, que sob o escudo de argumentos como flexibilidade e empoderamento legitimam processos de perpetuação da pobreza, uma vez que os usuários atuam de modo parcelado nos processos decisórios e simplesmente validam decisões já definidas anteriormente pelos técnicos especialistas. A segunda vertente, cujo paradigma é a autonomia, não se restringe a proporcionar aberturas aos usuários no processo convencional de produção do espaço, mas a formular outro processo de produção, a partir da crítica. O exercício da crítica pelo arquiteto contempla o questionamento do real compromisso da prática arquitetônica com a emancipação social de indivíduos ou grupos.

A ética da prática arquitetônica é a idealização de uma sociedade livre, na qual os indivíduos ou grupos são concebidos em sua totalidade, e não a partir de sua função econômica, separados ora como simples consumidores de espaço, ora como simples produtores do espaço. Tal ética permite que as normas de produção do espaço sejam elaboradas pelos usuários, segundo critérios referentes à esfera da reprodução da vida, e não da acumulação de capital.

Sem idealizar valores *a priori*, o arquiteto pode evitar propostas idealistas, ao reconhecer os padrões de relações espaciais elaborados no cotidiano pelos produtores do espaço, no objetivo de potencializar a prática ativa do indivíduo social. Os arquitetos devem elaborar uma nova instrumentalidade, para além do projeto técnico, para tais sujeitos desenvolverem suas práticas socioespaciais. A questão relevante é saber quais instrumentos técnicos e jurídicos podem ser desenvolvidos pelos arquitetos e empregados pelos produtores do espaço a fim de fortalecer a autonomia de produção do espaço e de promover a emancipação política desses sujeitos.

Referências

ADORNO, T. W. Teoria da Semiformação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. Á. S.; LASTÓRIA, L. A. C. N. **Teoria Crítica e inconformismo**: Novas perspectivas de ensino. Trad. Newton Ramos-de-Oliveira. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2010. Capítulo 1, p. 6-40. 1a edição em 1971.

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 1a edição em 1959-69.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 17-46. 1a edição em 1947.

AJZENBERG, A. As classes sociais e suas formas modernas de luta. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo: FFLCH/USP, n. 17, p. 09-19, 2005.

ALEXANDER, C. **Ensayo sobre la Síntesis de la Forma**. Trad. Enrique Revol. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1969.

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M.; JACOBSON, M.; FIKSDAHL-KING, I.; ANGEL, S.. **A Pattern language**: towns, buildings, construction. New York; Oxford: Oxford University Press, 1977.

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. Por uma Arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. **Impulso**, Piracicaba, v. 17, p. 93-103, 2006.

BANN, St. (Ed.). **The Tradition of Constructivism**. New York: Viking, 1974.

CHARLEY, J. The glimmer of other worlds: questions on alternative architectural practice. **ARQ – Architectural Research Quarterly**, v. 12, n. 2, p. 159-171, 2008.

COOK, C. Sources of a radical mission in the early Soviet profession: Alexei Gan and the Moscow Anarchists. In: LEACH, N. (Ed.). **Architecture and Revolution**: contemporary perspectives on Central and Eastern Europe. Londres, New York: Routledge, 2004. 1a. edição em 1999.

COSTA, G. M. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Niterói. **Anais...**

DAVIDOFF, P. Advocacy and pluralism in planning. **Journal of the American Planning Association**, v. 31, p. 331-338, 1965.

FERRO, S. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1982.

FREDIANI, A. A.; FRENCH, M. A.; FERRARA, I. N. **Change by design**: building communities through participatory design. New Zealand: Urban Culture Press, 2011.

FRIEDMAN, J. **Planning in the public domain**: from knowledge to action. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

- GAN, A.; RODCHENKO, A.; STEPANOVA, V. Who we are: manifesto of the constructivist group. In: ARMSTRONG, H. **Graphic Design Theory**: readings from the field. New York: Princeton Architectural Press, 2009. p. 22-24. 1a. edição em 1922.
- HABRAKEN, N. J. **El diseño de soportes**. Barcelona: Gustavo Gili, 1979.
- HAMDI, N. **Housing Without Houses**: participation, flexibility, enablement. Exeter: Intermediate Technology Publications, 1991.
- HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 1a. edição em 2008.
- KAPP, S. Casa alheia, vida alheia: uma crítica da heteronomia. **VIRUS**, São Carlos, n. 5, 2011. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=3&item=2&lang=pt>>. Acesso em: mar 2012.
- KAPP, S.; BALTAZAR, A. P. The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. **Bulletin of Latin American Research**, 2012.
- KAPP, S.; BALTAZAR, A. P.; CAMPOS, R.; MAGALHÃES, P.; MILAGRES, L.; NARDINI, P.; OLYNTHO, B.; POLIZZI, L. Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: CONGRESSO BRASILEIRO, 4., CONGRESSO IBERO-AMERICANO HABITAÇÃO SOCIAL: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade", 3., 2012, Florianópolis. **Anais...**
- KROLL, L. **Buildings and Projects**. Londres: Thames and Hudson, 1987.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. 5a. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 1a. edição em 1968.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford / Cambridge: Blackwell, 1991. 1a. edição em 1974.
- LIVINGSTON, R. **Cirurgia de casas**. Buenos Aires: Kliczkowski, 1990.
- LIVINGSTON, R. **Arquitectos de Familia** – El Metodo – Arquitectos de La Comunidad. Buenos Aires: Nobuko, 2006.
- LOPES, J. M. A.; KAPP, S.; BALTAZAR, A. P. Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. In: SILACC - SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE CIDADE E CULTURA: novas espacialidades e territorialidades urbanas, 3., 2010, São Carlos-SP. **Anais...**
- MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. 4a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 1a. edição 1964.
- ROLNIK, R. 10 anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo. **Blog da Raquel Rolnik**. s.d. [online] Disponível em: <<http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>>. Acesso em: mar 2013.
- SADLER, S. **Archigram**: architecture without architecture. Cambridge: The MIT Press, 2005.
- SANOFF, H. Multiple views of participatory design. **METU JFA – Journal of the Faculty Of Architecture**, v. 23, n. 2, p. 131-143, 2006.
- SPATIAL Agency. **About**. [s.d.] [online] Disponível em: <<http://www.spatialagency.net>>. Acesso em: mai. 2012.
- SWYNGEDOUW, E. A cidade pós-política. **E-metropolis**, ano3, n. 8, p. 52-61, Mar. 2012. 1a. edição em 2007.
- TELLING It As It Is Part 1. Direção: Jonathan Charley. Produção: RIBA Architecture. [s.l.]: RIBA Architecture, 2009. (4 min 33 seg), online, son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e73941VW0oY>>. Acesso em: 30 mai. 2013.
- TILL, J.; AWAN, N.; SCHNEIDER, T. **Spatial Agency**. London: Routledge, 2011.

TILL, J.; SCHNEIDER, T. **Flexible Housing**. Oxford: Architectural Press, 2007.

TILL, J; SCHNEIDER, T. Beyond Discourse: Notes on Spatial Agency. **Footprint - Delft School of Design Journal**, p. 97-111, Spring 2009. Disponível em: <<https://journals.open.tudelft.nl/index.php/footprint/issue/download/374/348>>. Acesso em: 13 out. 2018.

TRAGTENBERG, M. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In VENOSA, R. (Org.). **Participação e participações**: ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

VIEIRA, J. L. Vanguarda revolucionária: Eisenstein, Vertov e o construtivismo cinematográfico. **Recine - Revista do Festival Internacional de Cinema de Arquivo**, Arquivo Nacional Rio de Janeiro, v. 1, p. 16-25, 2004.

1 Este artigo é um extrato da tese de doutorado intitulada "ESPAÇOS COLETIVOS DE TRABALHO: entre a produção e a reprodução", defendida em março de 2014, cujos órgãos de fomento foram Capes, CNPq e Fapemig.

2 Para o levantamento detalhado das propostas de arquitetos sobre a participação dos usuários, ver o ícone "arquitetos e a participação", disponível no site do grupo de estudos Morar de Outras Maneiras - MOM: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>>.